

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Brasal Energia S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do auditor independente

Brasal Energia S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	1
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Acionistas e aos Administradores da
Brasal Energia S.A.
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasal Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Redução ao valor recuperável dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

De acordo com o CPC 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia deve aplicar os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 01(R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, para determinar a necessidade de reconhecer alguma perda adicional por redução ao valor recuperável do investimento líquido total da Companhia em suas investidas. Como resultado dessa análise, a Companhia e suas controladas entenderam existir indicativos de desvalorização de determinado investimento indireto e, conseqüentemente, reconheceram provisão para redução ao valor recuperável de ativos, cujo valor em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 18.316 mil, conforme divulgado nas notas explicativas 3.13 e 6.2.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos dos ativos da Companhia e de suas investidas, especialmente no que diz respeito aos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, nos montantes de R\$ 643.261 mil e R\$ 451.312 mil, divulgados na nota explicativa 6 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, e à existência de certas circunstâncias específicas relacionadas a atividades pré-operacionais de determinada controlada, dentre outros fatores.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) o exame de informações internas e externas que pudessem indicar desvalorização significativa dos investimentos registrados pelo método de equivalência patrimonial, tais como histórico de rentabilidade; (ii) análise da correta aplicação do CPC 01(R1) pelas próprias investidas, por meio do exame da análise de indicativos e do cálculo do valor recuperável dos seus ativos, quando aplicável; (iii) análise do processo, controles e premissas utilizadas pela diretoria para identificação de indicativos de impairment e cálculo do seu valor recuperável líquido, quando aplicável e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, exame da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre este assunto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável dos investimentos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas referidas notas explicativas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 31 de março de 2023, sem modificação.

Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 28 de março de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Alexandre Dias Fernandes', is written over the printed name below.

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O



Brasal Energia S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	252	1.954	8.495	39.812
Contas a receber de clientes	5	-	-	2.098	1.081
Tributos a recuperar		1.061	994	1.379	995
Outros Ativos		1.409	1.617	1.600	1.628
Total ativo circulante		2.722	4.565	13.572	43.516
Não circulante					
Valores a receber com partes relacionadas	11	50.288	-	49.888	-
Outros Ativos		1.809	-	1.809	-
Investimento	6	643.261	584.510	451.312	507.059
Imobilizado	7	334	559	402.219	173.332
Intangível		47	5	50	8
Total ativo não circulante		695.739	585.074	905.278	680.399
Total do ativo		698.461	589.639	918.850	723.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Balanços patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante					
Fornecedores	8	1	4	4.131	11.295
Empréstimos e financiamentos	9	19.263	33.154	202.162	138.598
Obrigações trabalhistas		395	406	407	406
Tributos a recolher		523	66	1.306	1052
Outros passivos		8	10	7	12
Total do passivo circulante		20.190	33.640	208.013	151.363
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	9	110.737	102.175	110.737	97.090
Contas a pagar por aquisição de investimento	1		8.413		8.413
Tributos diferidos	10	95.005	82.588	95.005	82.588
Total do passivo não circulante		205.742	193.176	205.742	188.091
Patrimônio líquido	12				
Capital social		166.900	55.120	166.900	55.120
Adiantamento para futuro aumento de capital		101.100	111.780	101.100	111.780
Reserva legal		10.226	9.796	9.796	9.796
Lucros acumulados		194.303	186.127	194.733	186.127
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		472.529	362.823	472.529	362.823
Participação de não controladores		-	-	32.566	21.638
Total do patrimônio líquido		472.529	362.823	505.095	384.461
Total do passivo		225.932	226.816	413.755	339.454
Total do passivo e patrimônio líquido		698.461	589.639	918.850	723.915

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Receitas líquidas	13	-	-	8.843	7.139
Custos de venda de energia/serviços de prestados	14	-	-	(2.492)	(2.137)
Lucro bruto		-	-	6.351	5.002
Despesas gerais e administrativas	14	(4.868)	(8.314)	(6.005)	(9.722)
Outras receitas e despesas, líquidas		(34.410)	207.660	(34.410)	207.660
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas		(39.278)	199.346	(34.064)	202.940
Receita financeira		10.084	4.118	10.451	4.353
Despesa financeira		(19.610)	(16.742)	(19.767)	(17.077)
Resultado financeiro, líquido	15	(9.526)	(12.624)	(9.316)	(12.724)
Participação em investidas por equivalência patrimonial	6	50.343	13.190	46.428	10.815
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		1.539	199.912	3.048	201.031
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	-	-	(1.637)	(1.899)
Imposto de renda e contribuição social diferido		7.067	3.547	7.067	3.546
Lucro líquido do exercício		8.606	203.459	8.478	202.678
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		-	-	(129)	(781)
Resultado atribuível aos acionistas controladores		-	-	8.606	203.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	2023		2022	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro Líquido do exercício	8.606	8.478	203.459	202.678
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	8.606	8.478	203.459	202.678
Resultado atribuível aos acionistas não controladores		(129)		(781)
Resultado atribuível aos acionistas controladores		8.606		203.459

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Adiantamento para Futuro Aumento de capital	Reserva de lucros	Reserva Legal	Reserva especial de dividendos mínimos não declarados	Lucros ou prejuízos acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	40.000	(8.900)	-	-	-	-	(7.536)	23.564	18.719	42.283
Capital social	12.a 15.120	8.900	-	-	-	-	-	24.020	-	24.020
Aumento de capital social	-	-	111.780	-	-	-	-	111.780	-	111.780
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	3.700	3.700
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	203.459	203.459	(781)	202.678
Destinações:										
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	(7.536)	-	-	-
Reserva legal	12.b -	-	-	-	9.796	-	(9.796)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva de lucros	-	-	-	186.127	-	-	(186.127)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	55.120	-	111.780	186.127	9.796	-	-	362.823	21.638	384.461
Capital social	12.a -	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	111.780	-	(111.780)	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	101.100	-	-	-	-	101.100	-	101.100
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	-	-	-	-	-	-	8.606	8.606	(129)	8.477
Destinações:										
Reserva legal	12.b -	-	-	-	430	-	(430)	-	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	2.152	(2.152)	-	-	-
Reserva de lucros retidos	-	-	-	6.024	-	-	(6.024)	-	-	-
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	11.057	11.057
Saldo em 31 de dezembro de 2023	166.900	-	101.100	192.151	10.226	2.152	-	472.529	32.566	505.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Brasal Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	8.606	203.459	8.606	202.678
Ajustes para reconciliação do resultado do exercício:				
Depreciação e amortização	85	106	2.628	2.250
Resultado de equivalência patrimonial de investidas	(50.404)	(13.190)	(46.971)	(10.815)
Aquisição de participação em <i>joint ventures</i>	-	16.496	-	21.437
Juros apropriados	16.645	-	16.645	-
Resultado na baixa de ativo imobilizado	251	-	251	3.503
Descontos obtidos	(9.790)	-	(9.790)	-
Amortização da mais valia do investimento	24.849	10.431	24.849	10.431
Aquisição de participação societária e outros ajustes	9.243	(218.283)	9.243	(218.283)
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(7.067)	(3.546)	(5.430)	(1.647)
Variações em:				
Contas a receber de clientes	-	-	(1.017)	256
Tributos a recuperar	(67)	(923)	(383)	(924)
Outros ativos	(224)	(1.575)	(535)	(1.496)
Fornecedores	(3)	(6)	(9.479)	(763)
Obrigações trabalhistas	(11)	112	1	109
Tributos a recolher	1.905	10	145	844
Outros passivos	(3)	(62)	314	(9)
Caixa gerado pelas (utilizados nas) atividades operacionais	(5.985)	(6.971)	(10.923)	7.571
Juros pagos	(16.887)	(10.926)	(38.855)	(15.432)
Impostos pagos sobre o lucro	(1.448)	-	(1.702)	(1.899)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades operacionais	(24.320)	(17.897)	(51.480)	(9.760)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de participação em <i>joint ventures</i>	-	(200.754)	-	(200.754)
Aporte de capital em investidas	(115.499)	(7.164)	-	3.700
Dividendos recebidos	92.545	9.079	88.111	6.909
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(153)	(188)	(207.329)	(100.208)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	(23.107)	(199.027)	(119.218)	(290.353)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos e financiamentos	-	110.056	232.200	210.040
Pagamento de principal em empréstimos e financiamentos	(5.087)	(5.000)	(155.087)	(5.061)
Custos de transação relacionados a operações de crédito	-	(1.798)	-	(1.798)
(Pagamento)/Recebimento de partes relacionadas	(50.288)	(20.364)	(49.888)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	101.100	111.780	112.156	111.780
Aumento de capital social	-	24.020	-	24.020
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	45.725	218.694	139.381	338.981
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.702)	1.770	(31.317)	38.868
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.954	184	39.812	944
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	252	1.954	8.495	39.812
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	(1.702)	1.770	(31.317)	38.868

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Brasal Energia S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), quando em conjunto com as suas controladas (“Grupo”), é uma sociedade por ações, de capital fechado, com sede em Brasília, DF. Foi constituída em 09 de março de 2018 e possui como objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica, o comércio atacadistas de máquinas e equipamentos de produção e armazenamento de energia elétrica, a prestação de serviços de instalação e manutenção elétrica, a prestação de serviços de engenharia bem como a realização de estudos e projetos comerciais, industriais e de serviços, e a sua implantação, a intermediação e assessoria de negócios, no país ou no exterior, importação de bens e serviços, e a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista, operando como holding de instituições não financeiras.

Relação de entidades controladas

Segue abaixo a lista de controladas e controladas em conjunto da Companhia:

Nome	Natureza	País	Participação acionária - %	
			31/12/2023	31/12/2022
Verde 2 Energética S.A.	Pequena Central Hidrelétrica	Brasil	84%	60%
Guanhães Energia S.A.	Pequena Central Hidrelétrica	Brasil	51%	51%
Paracambi Energética S.A	Pequena Central Hidrelétrica	Brasil	51%	51%
UFVBE04 Locação Instalação e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	Usina Fotovoltaica	Brasil	100%	100%
BE 02 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda	Usina Fotovoltaica	Brasil	100%	100%
BE 01 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda	Usina Fotovoltaica	Brasil	-	100%

A BE01 Locação Inst e Manut. Equip. Elétricos Ltda foi extinta em 23 de janeiro de 2023 sem pendências de regularidades cadastrais ou operacionais.

Em 19 de setembro de 2023, pelo termo de transferência de ações foi alterado o quadro societário da VERDE 2, com repasse das ações nominativas do sócio Armando Martins de Oliveira para a sócia ES Participações LTDA.

Participação societária na Verde 2 Energética S.A.

Em 19 de fevereiro de 2021, através de Assembleia Geral Extraordinária, os então acionistas da Verde 2 Energética S.A. (“Verde 2”) aprovaram por unanimidade o aumento do capital social através da emissão de 28.927.014 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, das quais 28.120.243 ações foram subscritas pela Companhia, a qual lhe concedeu o controle das operações da Verde 2 através do acordo de investimento realizado entre as partes.

A Verde 2 sagrou-se vencedora no Leilão de Geração nº 4/2019 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL para instalação de empreendimento hidrelétrico na modalidade de Pequena Central Hidrelétrica no Município de Rio Verde, Estado de Goiás (“PCH Verde 2 Baixo”), conforme Nota Técnica nº 1/2020- CEL/ANEEL, de 10 /01/2020, Despacho nº 50, de mesma data, e Aviso de Homologação e Adjudicação do Leilão A-6, datado de 21/01/2020 2020 e publicado à página nº 117 do Diário Oficial da União, em 24 /01/2020.



1 Contexto operacional--Continuação

Participação societária na Verde 2 Energética S.A.--Continuação

No escopo de principais exigências regulatórias está a construção da PCH Verde 2 Baixo, localizada às coordenadas 17° 16' 1,65" S e 50° 51' 45,21" W, no Rio Verde, na sub-bacia 60, na bacia hidrográfica do Rio Paraná, com potência instalada de 22.500kW, conforme especificações contidas no projeto técnico aprovado pela ANEEL por meio do Despacho nº 3.960, de 22/11/2013, bem como da autorização para sua exploração constante na Resolução Normativa nº 4.821, de 02/09/2014, no projeto básico aprovado pelo Despacho nº 154, de 18/01/2017, e parâmetros da garantia física fixada por meio do Despacho nº 3.046, de 19/09/2017.

O investimento total previsto para o Empreendimento está compreendido em aproximadamente R\$ 402.000. Tal custo foi majorado em relação ao investimento previsto inicialmente em função do aumento do custo de construção e de valor de compra de terras em uma região altamente agrícola. Para garantir que a controlada Verde 2 tenha todos os recursos financeiros necessários para tanto, os acionistas definem que as fontes de financiamento que atenderão às necessidades de aportes na Verde 2 serão, entre estas, mas não se limitando a: (i) geração de fluxo de caixa da própria Verde 2 e reinvestimento de seus resultados, observada a distribuição do dividendo mínimo obrigatório; (ii) aportes de capital a serem feitos pelos acionistas; (iii) mútuos a serem realizados pelos acionistas à Verde 2; e (iv) obtenção de financiamento com instituições financeiras.

Atualmente, as estruturas civis estão em fase final de construção, bem como a montagem eletromecânica e hidromecânica também estão sendo finalizadas. Prevê-se que essas atividades sejam concluídas até o final de abril de 2024, com o início do comissionamento dinâmico das turbinas programado para começar em maio de 2024 e ter todas as unidades geradoras em operação até julho de 2024. A geração inicia na fase de testes e comissionamento, onde os parâmetros das máquinas são ajustados, para cumprir os requisitos obrigatórios. A energia gerada nesse período até dezembro de 2024 será comercializada no mercado livre de energia. A energia gerada a partir de janeiro de 2025 será destinada, para atendimento ao mercado regulado, sendo comercializada no mercado livre somente o excedente de produção.

Participação societária na Guanhães Energia S.A.

A Companhia adquiriu em 30 de junho de 2022 participação equivalente a 51% das ações da Guanhães Energia S.A. ("Guanhães"). A investida situada na cidade de Ipatinga-MG é uma sociedade anônima de capital fechado que se dedica ao serviço de geração e comercialização de energia elétrica. A Guanhães detém o controle de quatro outras pequenas centrais hidrelétricas - PCH localizadas na extensão do Rio Guanhães, sendo elas:

Nome	Capacidade geradora	País	Participação acionária - %	
			31/12/2023	31/12/2022
PCH Senhora do Porto S.A.	12MWh	Brasil	100%	100%
PCH Dores de Guanhães S.A	14MWh	Brasil	100%	100%
PCH Fortuna II S.A.	9MWh	Brasil	100%	100%
PCH Jacaré S.A.	9MWh	Brasil	100%	100%



1 Contexto operacional--Continuação

Participação societária na Paracambi Energética S.A.

A Companhia adquiriu em 30 de junho de 2022 participação equivalente a 51% das ações da Paracambi Energética S.A. (“Paracambi”, anteriormente denominada Lightger S.A.). A investida é uma sociedade por ações de capital fechado com sede no Rio de Janeiro-RJ responsável pela geração e comercialização da energia gerada pela PCH Paracambi que possui potência instalada de 25,7MWh.

Controle compartilhado

Apesar da Companhia deter 51,00% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Paracambi Energética S.A e Guanhães Energia S.A.; poder aprovar isoladamente, com exceção das matérias listadas na cláusula 3.4 do Acordo de Acionistas, as matérias deliberadas em Assembleia Geral; e ter o direito de indicar 2 (dois) dos 4 (quatro) membros do Conselho de Administração; o poder de controle será exercido de forma simultânea por dois ou mais acionistas, e portanto, a administração concluiu que a Companhia detém o controle em conjunto com a acionista Cemig Geração e Transmissão S.A.

Aquisição de negócios com controle compartilhado

Conforme descrito acima, a Companhia realizou a aquisição de 51% das ações da Guanhães Energia S.A. e Paracambi Energética S.A. (anteriormente denominada Lightger S.A.) em 30 de junho de 2022; ambas investidas ligadas ao segmento de geração de energia.

Nos ativos e passivos identificáveis adquiridos da Paracambi e Guanhães, estão incluídos *inputs* como as pequenas centrais hidrelétricas (ativo fixo das usinas), força de trabalho organizada e contratos de concessão. A Companhia determinou que juntos, os *inputs* e processos adquiridos contribuem significativamente para a capacidade de gerar receita (*outputs*), dessa forma, concluiu-se que o conjunto adquirido de ambas empresas é um negócio.

A aquisição da Paracambi e Guanhães permite à Companhia ampliar sua atuação no mercado de energia e diversificar sua matriz energética com mais uma fonte de energia limpa.

a. Contraprestação transferida

A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida:

<u>Investida</u>	<u>Contraprestação</u>
Guanhães Energia S.A.	105.423
Paracambi Energética S.A.	103.744

As investidas foram adquiridas em sua totalidade por meio de transferência de caixa, sendo a Paracambi Energética S.A. pago o valor integral de R\$ 103.744 e a Guanhães Energia S.A. pago o valor de R\$ 97.010 e o valor de R\$ 8.413 a ser pago após deliberação em assembleia geral extraordinária sobre a redução de capital da investida para absorver o valor total do prejuízo acumulado à época.



1 Contexto operacional--Continuação

b. Custos de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 5.900 referente a honorários advocatícios, custos de due diligence. Estes gastos foram registrados com despesa administrativa na demonstração de resultado.

c. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

A tabela abaixo resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

<u>Em R\$ Mil - 30 de junho de 2022</u>	<u>Paracambi</u>	<u>Dores de Guanhões</u>	<u>Fortuna II</u>	<u>PCH Jacaré</u>	<u>Senhora do Porto</u>
Caixa e equivalentes de caixa	52.497	32.912	28.659	42.213	20.981
Concessionárias e permissionárias	5.812	1.892	1.226	1.306	1.732
Contratos de concessão (mais valia)	148.048	39.830	3.291	13.522	55.107
Outras contas a receber	202	3.791	671	240	2.023
Imobilizado	98.530	113.098	90.778	84.415	96.124
Mais valia do ativo fixo	92.568	(9.304)	39.543	2.788	19.566
Outros ativos	13.795	5.128	5.869	8.053	3.800
Fornecedores	(1.116)	(4.081)	(4.102)	(4.429)	(2.553)
Empréstimos e financiamentos	(50.680)	(32.525)	(22.391)	(23.146)	(30.572)
Outros passivos	(1.287)	(4.721)	(4.485)	(6.602)	(3.207)
Total dos ativos identificáveis, líquidos	311.988	144.567	135.746	115.859	160.577
Participação adquirida pela Brasal	51%	51%	51%	51%	51%
Aquisição líquida Brasal	182.768	74.470	70.920	60.362	83.132

d. Mensuração do valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

<u>Ativos adquiridos</u>	<u>Técnica de avaliação</u>
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado (“Método comparativo direto de dados de mercado”): o modelo de avaliação considera os preços de mercado para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. Os custos de reposições depreciados refletem ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica.
Contrato de concessão	Técnica de fluxo de caixa descontado no qual foi trazido a valor presente os fluxos de caixa atribuíveis aos contratos fixados junto a clientes.

e. Deságio reconhecido na operação

O deságio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

<u>Em R\$ Mil</u>	<u>Paracambi</u>	<u>Guanhões</u>
Contraprestação transferida	103.744	105.423
Valor justo do ativos líquidos identificáveis	182.768	288.884
Deságio (compra vantajosa)	(79.024)	(183.460)

A avaliação a valor justo da participação adquirida pela Companhia resultou em um deságio total de R\$ 262.484 (R\$ 192.265, líquido de impostos) reconhecido como “Outras receitas” na demonstração de resultado.



1 Contexto operacional--Continuação

e. Deságio reconhecido na operação—Continuação

A compra vantajosa é atribuída principalmente aos riscos assumidos na operação relacionados a necessidade de conduzir testes de performance nos maquinários e turbinas das usinas adquiridas e que poderiam colocar em risco o retorno do investimento. Adicionalmente, uma das investidas possui contratos de curto prazo (encerramento em 2031), para os quais exigirão esforços por parte da Companhia para renovação e captação de novos negócios.

Continuidade operacional e dependência econômica

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento decorrentes de empréstimos bancários conforme os prazos definidos em contrato.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 17.468 (individual) e R\$ 194.441 (consolidado) (R\$ 29.075 e R\$ R\$ 107.847, individual e consolidado respectivamente em 31 de dezembro de 2022). Contudo, a Companhia encontra-se em momento de expansão de seus negócios no segmento de energia e os endividamentos refletem as captações realizadas para aquisição de novos negócios e conclusão das obras de suas controladas.

Considerando este contexto e a intenção de consolidar-se no segmento de energia, a Companhia conta com o suporte financeiro do seu controlador, conforme apresentado na nota explicativa 18, o qual tem permitido e está comprometido a continuar com seu plano de negócios. Assim, a administração tem uma expectativa razoável de que a Companhia terá recursos suficientes para continuar operando em um futuro previsível.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de elaboração e apresentação

Foram adotadas também as exigências regulatórias, pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2021, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.



2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--continuação

a. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Foram adotadas também as exigências regulatórias não conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil, pautadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ajustado em 2021, pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exercício em que promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o citado manual, contemplando além das instruções contábeis, o roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor, sendo as normas contidas no referido Manual de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

A emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 28 de março de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos financeiros mensurados ao valor justo.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço;
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.



2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço;
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulantes.

d. Estimativas e julgamentos contábeis

Com base em premissas, a Administração da Companhia prepara suas estimativas contábeis. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente são iguais aos respectivos resultados reais. A incerteza envolvida no tema poderia levar a resultados que requeressem ajustes significativos ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Assim, a preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As questões de maior complexidade e que requerem nível de julgamento mais elevado, nas quais as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são:

- Vida útil do ativo imobilizado (nota 3.5);
- Teste de *impairment* (notas 3.13);
- Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e contingências passivas (notas 3.15);
- Mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos (nota 3.11);

e. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).



2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas--continuação

- Nível 3: inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia e suas controladas reconhecem as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros.

f. Declaração de continuidade

A Administração avaliou a capacidade do Grupo e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que elas possuem recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

3 Políticas contábeis materiais

3.1 Base de consolidação

(i) Combinação de negócios:

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um *input* e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar *output*.

A Companhia tem a opção de aplicar um “teste de concentração” que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente ao resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.1 Base de consolidação—continuação

(ii) *Combinação de negócios--continuação:*

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

(iii) *Controladas:*

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

(iv) *Participação de acionistas não controladores*

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(v) *Perda de controle*

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, a Companhia desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há perda de controle.

(vi) *Investimento em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial*

Os investimentos da Companhia contabilizados pelo método de equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, detenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá à Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.1 Base de consolidação—continuação

(vi) Investimento em entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial--continuação:

Tais investimentos são reconhecidos pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso deste método.

(vii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas (exceto para ganhos ou perdas de transações em moeda estrangeira) não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas pelo método de equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações financeiras incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentadas abaixo:

	Controle	Participação - %	
		2023	2022
BE 01 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda	Controlada	-	100%
BE 02 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda	Controlada	100%	100%
UFVBE04 Locação Instalação e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	Controlada	100%	100%
Verde 2 Energética S.A.	Controlada	84%	60%
Guanhães Energia S.A.	Controle Compartilhado	51%	51%
Paracambi Energética S.A.	Controle Compartilhado	51%	51%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação das participações no capital, nas reservas e no lucro (prejuízo) acumulado das controladas e investimentos na controladora;
- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as controladas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Eliminação dos encargos de tributos sobre a parcela de lucro não realizado, apresentados como tributos diferidos no balanço patrimonial consolidado.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.1 Base de consolidação—continuação

(viii) *As principais operações de cada uma dessas empresas podem ser assim resumidas*

Empresa	Potência instalada (kw)	Natureza	Matriz	Início da operação	Operação
BE 01 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda (a)	Em definição	Geração de Energia	Solar	2022	Projeto
BE 02 Locação Inst. e Manut. Equip. Elétricos Ltda	3000	Geração de Energia	Solar	2021	Operação
UFVBE04 Locação Instalação e Manut. de Equip. Elétr. Ltda.	5000	Geração de Energia	Solar	2021	Operação
Verde 2 Energética S.A.	22500	Geração de Energia	Hídrica	2025	Projeto
Guanhães Energia S.A.	44MW	Geração de Energia	Hídrica	2018	Operação
Paracambi Energética S.A.	25.7MW	Geração de Energia	Hídrica	2012	Operação

(a) A investida BE 01 foi extinta, conforme informações da nota 1 - Contexto operacional.

3.2 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Receita de locação e prestação de serviços

Refere-se à receita da locação dos ativos de micro e minigeração de energia fotovoltaica (UFV) para consumidores de energia de baixa e média tensão (sistema de compensação de energia) que compartilham os direitos econômicos destes ativos. A receita de aluguel é contabilizada pelo método linear, durante o período dos contratos de arrendamentos.

Receita de venda de energia

As controladas em conjunto da Companhia obtém receita oriunda principalmente da geração de energia e sua respectiva comercialização por meio de contratos com distribuidoras de energia elétrica e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita é mensurada com base na contraprestação definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) formalizada em contrato com o cliente, multiplicada pelo consumo físico medido. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle do produto ao cliente, fato que ocorre no momento em que a energia é suprida.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras com liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor, com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimentos em outros fins.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.4 Contas a receber

São mensuradas e registradas ao custo amortizado e classificadas como clientes, pois representam direitos fixos e determináveis e não são cotadas em mercado ativo; não há ajustes de componente de financiamento relevante nos recebíveis, pois são liquidadas normalmente em um prazo inferior a 90 dias, e, assim, representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

3.5 Imobilizado

O imobilizado compreende máquinas, equipamentos e instalações, tais como, painéis elétricos, módulos fotovoltaicos, estações e redes de energia. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os gastos incorridos com reparos e manutenção são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A recuperação dos ativos imobilizados por meio das operações futuras, bem como as vidas úteis e o seu valor residual são acompanhados periodicamente e ajustados de forma prospectiva, se necessário.

O controle do ativo imobilizado da PCH Verde 2, após as unitizações, obedecerá às prerrogativas do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, conforme as imposições da Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015.

A unitização consiste no processo por meio do qual bens, direitos e instalações arrolados são valorados, constituindo UC/UAR (Unidades de cadastro/Unidades de Adição e Retiradas). O processo de unitização e cadastramento dos bens será concluído simultaneamente à sua transferência do Imobilizado em Curso para o Imobilizado em Serviço, e tem como data alvo a conclusão da construção da usina, prevista para julho de 2024.

Toda a memória dos procedimentos de unitização será composta pelas informações do Inventário Físico e das Ordens em Curso de origem.

3.6 Investimentos

Em controladas ou com acordo de participação

De acordo com o CPC 36 (R3), existe somente uma base de consolidação, o controle. Consequentemente, o CPC 36 (R3) inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida; e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor.

Nas entidades em que a Companhia precisa obter consenso com os outros acionistas ou quotistas sobre as atividades relevantes que afetam os retornos variáveis de uma entidade, a Companhia possui um acordo de participação com outros empreendedores, formando uma “Joint Venture” (controle compartilhado).



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.6 Investimentos

Participações em entidades controladas

Os investimentos em sociedades controladas são registrados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais, conforme CPC 18 (R2). De acordo com esse método, a participação da Companhia, no aumento ou na diminuição do patrimônio líquido das controladas, em decorrência da apuração de lucro líquido ou prejuízo no exercício, é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. As movimentações em reservas de capital, ou em outros itens integrantes do patrimônio líquido são reconhecidos de forma reflexa, no patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia, controladas em conjunto e suas controladas avaliam periodicamente o valor recuperável de seus investimentos, quando existem indícios que o valor registrado possa não ser recuperado através das operações da Companhia.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas com práticas consistentes e para o mesmo período de divulgação da Companhia.

3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem principalmente receita de juros e despesa de juros. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

3.8 Fornecedores

Os contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura/contrato correspondente acrescidas dos encargos financeiros incorridos e das respectivas baixas pela liquidação das obrigações.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.



3 Políticas contábeis materiais—continuação

3.9 Empréstimos e financiamentos--continuação

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo não circulante, quando o vencimento for superior a 12 meses após a data do balanço, caso contrário serão classificados no passivo circulante.

A captação de recursos destina-se a capitalização dos custos de obras de implantação de usinas solares, bem como à aquisição de máquinas e equipamentos para a consecução dos objetivos sociais da Companhia, controladas em conjunto e suas controladas.

Capitalização de custos de empréstimos

Os custos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Companhia, controladas em conjunto e suas controladas relativos ao empréstimo. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento, de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido.

3.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos.

3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

(i) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo regime de lucro real e suas controladas e coligadas optaram pelo regime de lucro presumido (com exceção da Guanhães S.A, que se enquadra no lucro real).

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base no resultado de cada exercício, ajustado na forma legal, sendo o imposto de renda calculado à alíquota de 15% sobre o lucro real acrescido de adicional de 10% sobre o lucro real anual excedente a R\$ 240 e pela contribuição social à alíquota de 9%.



3 Políticas contábeis materiais—continuação

3.11 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--continuação

(i) Imposto de renda e contribuição social--continuação

Conforme facultado pela legislação tributária, determinadas empresas consolidadas optaram pelo regime de tributação do lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada a razão de 8%, a da contribuição social a razão de 12% e 100% sobre as receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e base negativa, bem como diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

3.12 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia, controladas em conjunto e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.



3 Políticas contábeis materiais—continuação

3.12 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros--continuação

(i) Reconhecimento e mensuração inicial--continuação

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia, controladas em conjunto e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.



3 Políticas contábeis materiais—continuação

3.12 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros--continuação

(ii) Classificação e mensuração subsequente--continuação

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros - Classificação, e mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia, controladas em conjunto e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.12 Instrumentos financeiros

a. Instrumentos financeiros--continuação

(iii) Desreconhecimento--continuação

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia e suas controladas reconhecem provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e suas controladas na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)—continuação

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia, controladas em conjunto e suas controladas de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia, controladas em conjunto e suas controladas avaliam se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia e suas controladas em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia e suas controladas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. A Companhia e suas controladas não esperam nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia e suas controladas para a recuperação dos valores devidos.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.13 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)—continuação

(ii) Ativos não financeiros

Em cada data de reporte, a Companhia e suas controladas revisam os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.14 Capital social

O capital social da Companhia é composto por ações ordinárias que dão aos acionistas direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia, de acordo com suas respectivas participações societárias. Os detentores destas ações têm o direito de receber dividendos conforme definido em Estatuto da Companhia.

3.15 Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.15 Provisões (*impairment*)—continuação

i) Geral--continuação

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. A avaliação da probabilidade de perda, inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia da legislação, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Companhia não possui provisões para demandas judiciais e os processos classificados como riscos possíveis são imateriais nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.16 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8

As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2

As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicarem julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecerem divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis “significativas” por um requisito para divulgar suas políticas contábeis “materiais” e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.16 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023--continuação

Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2--continuação

As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis da Companhia, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras da Companhia.

Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao IAS 12

As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação.

As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

3.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que se entende por direito de adiar a liquidação.
- Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
- Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.

Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.



3 Políticas contábeis materiais--continuação

3.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--continuação

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidênciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	0	3	-	3
Bancos conta movimento	236	131	3.976	466
Aplicações de liquidez imediata	16	1.820	4.519	39.343
	<u>252</u>	<u>1.954</u>	<u>8.495</u>	<u>39.812</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são mantidas para negociação diária e frequente, sendo substancialmente certificados de depósito bancário (“CDB”), compromissadas, em renda fixa com remuneração entre 98% e 100% do certificado de depósito interbancário (“CDI”).

5 Contas a receber

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Recebíveis de clientes	2.098	1.081
	<u>2.098</u>	<u>1.081</u>

A Administração avalia as perdas esperadas nas contas a receber no momento do registro da receita e na data do balanço. Nenhuma provisão para perda foi considerada necessária e desta forma não foi registrado nenhuma provisão para *impairment* das contas a receber. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não há saldos de contas a receber a vencer no longo prazo, ou vencidos em atraso.



6 Investimentos

6.2 Movimentação dos investimentos

i. Participação em *joint ventures*

	Paracambi	Guanhães	Total
Participação (%)	51%	51%	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	191.331	315.728	507.059
(+) Aquisição de participação societária e outros ajustes	222	10.020	10.242
(-) Amortização de concessão	(20.181)	(4.667)	(24.849)
(-) Dividendos pagos	(38.223)	(49.888)	(88.111)
(+/-) Equivalência patrimonial	20.164	26.807	46.971
Saldo em 31 de dezembro de 2023	153.313	298.000	451.312

ii. Participação em controladas

Participação (%)	BE01	BE02	UFVBE04	Verde 2	Total
	100%	100%	100%	84%	
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1	16.683	26.574	26.908	70.166
Aportes (redução) de capital	(1)	433	442	121.910	122.783
(-) Dividendos recebidos	-	(1.300)	(3.134)	-	(4.434)
(+/-) Equivalência patrimonial	-	1.095	3.489	(1.150)	3.433
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	16.911	27.370	147.668	191.949

iii. Adiantamento para futuro aumento de capital

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Verde 2 Energética S.A.	-	6.410
UFVBE04 Locação Instalação e Manutenção de Equip. Elétricos Ltda	-	441
BE01 Locação Instalação e Manutenção de Equipamentos Elétricos Ltda.	-	-
BE02 Locação Instalação e Manutenção de Equipamentos Elétricos Ltda.	-	434
	-	7.285

iv. Análise de redução ao valor recuperável dos investimentos

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros. Nesse sentido, a Administração entendeu ser necessária a manutenção de provisão de redução ao valor recuperável de R\$ 18.316 relativa a PCH Jacaré (Investimento controlado direto da Guanhães Energia) em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 51.321 em 31 de dezembro de 2022).

Para os demais investimentos, não houve necessidade de provisão para recuperação ao valor recuperável dos ativos na data base das demonstrações financeiras.



7 Imobilizado

	Controladora					
	Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	Máquinas, Equipamentos e Instalações	Móveis, Utensílios e Instalações	Veículos	Hardware	Total
Custo						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>218</u>	<u>-</u>	<u>149</u>	<u>140</u>	<u>64</u>	<u>571</u>
Adições	-	20	16	111	43	189
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>218</u>	<u>20</u>	<u>165</u>	<u>251</u>	<u>107</u>	<u>760</u>
Adições	1	-	-	-	9	10
Baixas	-	-	-	(251)	-	(251)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>219</u>	<u>20</u>	<u>165</u>	<u>-</u>	<u>116</u>	<u>519</u>
Depreciação						
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>(46)</u>	<u>-</u>	<u>(12)</u>	<u>(30)</u>	<u>(8)</u>	<u>(96)</u>
Depreciação (-)	(23)	-	(16)	(48)	(17)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>(68)</u>	<u>-</u>	<u>(28)</u>	<u>(79)</u>	<u>(25)</u>	<u>(201)</u>
Depreciação (-)	(24)	-	(16)	79	(23)	16
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>(92)</u>	<u>-</u>	<u>(44)</u>	<u>-</u>	<u>(48)</u>	<u>(185)</u>
Imobilizado líquido						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>150</u>	<u>20</u>	<u>136</u>	<u>172</u>	<u>81</u>	<u>559</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2023	<u>127</u>	<u>20</u>	<u>121</u>	<u>-</u>	<u>68</u>	<u>334</u>



8 Imobilizado--continuação

	Consolidado								
	Terrenos	Edificações	Máquinas, Equipamentos e Ferramentas	Imobilizado em andamento	Móveis, Utensílios e Instalações	Veículos	Hardware	Adiantamento para compra de imobilizado	Total
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.573	9.956	30.025	24.187	260	201	72	-	68.274
Adições	6.040	4.492	302	87.149	119	113	79	13.070	111.364
Baixas	-	(2.903)	-	(511)	(89)	-	-	-	(3.503)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.613	11.545	30.327	110.825	290	314	151	13.070	176.135
Adições	4.809	178.869	2.069	22.168	-	251	23	40.260	248.449
Baixas	-	-	(2)	(1.645)	-	(251)	(1)	(15.138)	(17.037)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.422	190.414	32.394	131.348	290	314	173	38.192	407.547
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2021	-	(118)	(377)	-	(13)	(33)	(12)	-	(553)
Depreciação (-)	-	(111)	(958)	(1.080)	(24)	(61)	(16)	-	(2.250)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(229)	(1.335)	(1.080)	(37)	(94)	(28)	-	(2.803)
Depreciação (-)	-	(488)	(830)	(1.092)	(26)	(62)	(27)	-	(2.525)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(717)	(2.165)	(2.172)	(63)	(156)	(55)	-	(5.328)
Imobilizado líquido									
Saldo em 31 de dezembro de 2022	9.613	11.316	28.992	109.745	253	220	123	13.070	173.332
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.422	189.697	30.229	129.176	227	158	118	38.192	402.219
Taxa de depreciação a.a.	-	-	10%	-	10%	20%	20%	-	-



7 Imobilizado--continuação

Para fins de atendimento ao CPC 03 (R2), informamos que o total da aquisição do ativo imobilizado e que não houve ainda desembolso de caixa, totaliza R\$ 24.479 no exercício de 2023.

Provisão para redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avaliou, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar necessidade de teste sobre seu valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças de condições do mercado, dentre outros. Não houve necessidade de provisão para recuperação ao valor recuperável dos ativos imobilizados na data base das demonstrações financeiras.

8 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Contas a pagar aquisição de terrenos	-	-	1.815	7.440
Maquinários e outros serviços	-	-	2.315	3.703
Fornecedores	1	4	1	152
	1	4	4.131	11.295

9 Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Moeda	Tx. Juros a.a.	Índice	Controladora	
				31/12/2023	31/12/2022
Cédula de crédito bancário (i)	BRL	2,05%	CDI	16.351	21.351
Cédula de crédito bancário	BRL	6,60%	CDI	4	50
Cédula de crédito bancário	BRL	2,55%	CDI	9	32
Cédula de crédito bancário	BRL	4,63%	CDI	21	40
Debêntures (ii)	BRL	2,40%	CDI	113.615	113.856
Total				130.000	135.329
Circulante				19.263	33.154
Não circulante				110.737	102.175

Modalidade	Moeda	Tx. Juros a.a.	Índice	Consolidado	
				31/12/2023	31/12/2022
Cédula de crédito bancário (i)	BRL	2,05%	CDI	16.351	21.351
Cédula de crédito bancário	BRL	6,60%	CDI	4	50
Cédula de crédito bancário	BRL	2,55%	CDI	9	32
Cédula de crédito bancário	BRL	4,63%	CDI	21	40
Capital de Giro (iii)	BRL	4,63% e 6,21%	-	182.899	100.359
Debêntures (ii)	BRL	2,40%	CDI	113.615	113.856
Total				312.899	235.688
Circulante				202.162	138.598
Não circulante				110.737	97.090



- i) Refere-se a montante utilizado substancialmente como capital de giro para financiamento da infraestrutura e construção de usinas fotovoltaicas com vencimento em 2027.

9 Empréstimos e financiamentos--continuação

- ii) No primeiro trimestre de 2022 a Companhia realizou a emissão de debêntures simples mediante oferta pública com esforços restritos no valor total de R\$ 110.000 e com vencimento em 10 anos. Há incidência de juros correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias do DI – Depósito Interbancário acrescido de spread de 2,4% ao ano. O recurso foi utilizado substancialmente para financiamento das obras de expansão das investidas e aquisição de novos negócios.
- iii) A controlada Verde 2 realizou a captação de cédula de crédito bancário com no montante de R\$ 170.000, sendo o recurso captado de uso exclusivo para financiamento das obras da Pequena Central Hidrelétrica.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Cronograma de amortização da dívida	Controladora e Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
2024	202.162	14.385
2025	19.237	7.092
2026	19.233	14.790
mais de 2027	72.267	60.823
Total	312.899	97.090

Garantias

Os empréstimos e financiamentos da Companhia possuem como garantia o aval dos acionistas e controladores.

Covenants

Os contratos contêm covenants que estabelecem que ao final de cada exercício social determinados índices precisam ser atingidos, como: (i) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD); e Dívida Líquida/EBITDA.

Tais índices restritivos devem ser atingidos considerando as informações financeiras do grupo econômico Brasal, os quais são monitorados regularmente pela Administração do grupo por meio de seu departamento de controladoria, de forma a garantir seu cumprimento. Não há evidências de quebra de covenants em 31 de dezembro de 2023 e 2022.



Movimentação do saldo

O saldo de empréstimos e financiamentos apresentou a seguinte movimentação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	135.329	26.502	235.688	26.502
(+) Juros provisionados	16.708	16.495	39.116	21.437
(-) Juros pagos	(16.887)	(10.926)	(38.855)	(15.432)
(-) Pagamento de principal	(5.087)	(5.000)	(155.187)	(5.061)
(-) Custo de captação	(63)	(1.798)	(63)	(1.798)
(+) Captações	-	110.056	232.200	210.040
Saldo final	130.000	135.329	312.899	235.688

10 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto diferido (controladora e consolidado)

	Controladora e consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mais valia do ativo imobilizado	120.839	120.840
Intangível do contrato de concessão	142.739	132.497
	263.578	253.337
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	82.852	63.334
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	29.836	22.800
	112.688	86.134
(-) Amortização da mais valia do ativo imobilizado	11.093	4.873
(-) Amortização do intangível de concessão	9.746	5.559
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ sobre amortização da mais valia	5.196	2.608
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL sobre a amortização da mais valia	1.871	938
	105.621	82.588
Tributo diferido passivo	7.067	3.546
Tributo diferido reconhecido no resultado		

O aumento de 2023 do tributo diferido passivo ocorreu para adequação dos valores em razão do ganho de compra vantajosa auferido quando das aquisições societárias descritas na nota 1 – Contexto operacional.

Os tributos diferidos registrados no resultado são decorrentes das diferenças temporárias decorrentes das amortizações das mais valias de ativos e dos intangíveis identificados no processo de alocação do preço de compra das aquisições descritas na nota 1 – Contexto operacional.



b. Imposto corrente (consolidado)

	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Receita de Serviços	8.843	8.843	8.843	7.139	7.139	7.139
(%) Presunção	32%	32%		32%	32%	
Base de cálculo antes das receitas financeiras	2.830	2.830	2.830	2.284	2.284	2.284
Receitas financeiras/outras	10.451	10.451	10.451	4.353	4.353	4.353
Base de cálculo	5.007	5.007	5.007	6.637	6.637	6.637
Alíquota	15%	9%		15%	9%	
Imposto apurado	(751)	(451)	(1.202)	(996)	(597)	(1.593)
Imposto adicional – 10%	(435)	-	(435)	(306)	-	(306)
Despesas com imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	(1.186)	(451)	(1.637)	(1.302)	(597)	(1.899)

11 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus quotistas, empresas controladas, outras empresas ligadas aos mesmos quotistas, seus administradores, os demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

Ativo - Dividendos a receber	31/12/2023	
	Controladora	Consolidado
Guanhães Energia S.A.	49.888	49.888
BE02 Locação Inst. E Manut. De Equip. Eletr. Ltda.	400	-
	50.288	49.888

Os saldos de partes relacionadas correspondem a operações de reembolso de despesas de colaboradores da Companhia com suas controladas e capital social a integralizar. Tais operações são decorrentes das próprias atividades das investidas da Companhia.

A Companhia é controlada direta da Brasal Participações S.A., uma empresa de capital fechado, com sede na cidade de Brasília, Brasil, sendo este seu controlador imediato. Os controladores finais são pessoas físicas.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve pagamentos de remuneração do pessoal chave da Administração, os quais são remunerados pela controladora direta Brasal Participações S.A.



12 Patrimônio líquido

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 166.900 (R\$ 55.120 em 2022) dividido em 70.697.699 (70.697.699 em 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, divididos da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ações	R\$	%	Ações	R\$	%
Brasal Participações S.A.	70.697.699	166.900	100%	70.697.699	55.120	100%
	<u>70.697.699</u>	<u>166.900</u>	<u>100%</u>	<u>70.697.699</u>	<u>55.120</u>	<u>100%</u>

b. Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante a aplicação de 5% do lucro líquido ajustado do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, limitado a 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Companhia reconheceu sobre os lucros o montante determinado em lei, de R\$ 9.796; após absorvidos os prejuízos acumulados.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia reconheceu sobre os lucros o montante de R\$ 430.

12 Patrimônio líquido--continuação

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma da Lei. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foram distribuídos dividendos aos acionistas uma vez que a Companhia possui saldos de prejuízos acumulados.

Com base no § 4º do art. 202 da Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, “Lei das S.A.”, a Companhia concluiu pela não declaração dos dividendos mínimos do exercício de 2023, considerando ser incompatível com a situação financeira da Companhia. Conforme ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia constituiu reserva especial referente a tais dividendos que serão distribuídos tão logo a situação financeira permitir ou serão absorvidos por futuros prejuízos acumulados, se for o caso.



13 Receita líquida

	Consolidado	
	2023	2022
Receita bruta:		
Receita de locação	8.698	7.246
Receita de serviços	557	170
	9.255	7.416
Deduções:		
(-) Impostos sobre serviços	-	(277)
	(412)	(277)
	8.843	7.139

14 Custos e Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Consumos diversos	(180)	(982)	(667)	(1.771)
Despesas com pessoal e encargos	(2.197)	(2.631)	(2.197)	(2.631)
Depreciação e amortização	(85)	(107)	(2.628)	(2.257)
Serviços prestados	(2.354)	(5.204)	(2.945)	(5.808)
Viagens e deslocamentos	-	(144)	(7)	(146)
Despesas legais/judiciais	(51)	(79)	(54)	(79)
Outras receitas (despesas) operacionais (i)	(34.410)	207.660	(34.410)	207.660
	(39.278)	199.346	(42.908)	199.346
Custo de venda de energia e dos serviços prestados	-	-	(2.492)	(2.137)
Despesas gerais e administrativas	(4.867)	(8.314)	(6.006)	(9.722)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(34.410)	207.660	(34.410)	207.660
	(39.278)	199.346	(42.908)	195.801

(i) Ganho na compra vantajosa

A conta de “Outras receitas (despesas) operacionais” era composta pelo montante de R\$ 218.283 referente ao registro do ganho na compra vantajosa (líquido de impostos) e R\$ (10.431) referente a amortizações da mais valia. Em 2023, o saldo é composto pela amortização da mais valia.



15 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita financeira				
Rendimentos de aplicação financeira	294	4.118	619	4.343
Desconto obtidos	9.790	-	9.832	3
Outras	-	-	-	8
	10.084	4.118	10.451	4.353
Despesa financeira				
Juros sobre empréstimo e financiamentos	(19.175)	(16.238)	(19.175)	(16.238)
Taxas e despesas bancárias	(435)	(504)	(592)	(839)
	(19.610)	(16.742)	(19.767)	(17.077)
Resultado financeiro líquido	(9.526)	(12.624)	(9.315)	(12.724)

16 Instrumentos financeiros e gestão de risco

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos financeiros e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

Ativos financeiros	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	252	1.954	8.495	39.812
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	-	2.098	1.081
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	-	-
Outros Ativos	Custo amortizado	12.454	785	12.646	13.887

Passivos financeiros	Classificação	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	Outros passivos financeiros	1	4	4.131	11.821
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	130.001	135.329	312.900	235.688
Outros passivos	Outros passivos financeiros	7	10	7	12
Aquisição de investimento	Outros passivos financeiros	-	8.413	-	8.413

- (i) **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores de mercado idênticos aos saldos contábeis;
- (ii) **Contas a receber:** As contas a receber de clientes são contabilizadas pelo seu custo amortizado;
- (iii) **Outros ativos:** Corresponde aos valores apresentados nas demonstrações financeiras;
- (iv) **Fornecedores:** Os valores estimados para as obrigações com fornecedores decorrentes da contratação de serviços e aquisição de material;
- (v) **Empréstimos e financiamentos:** Os valores contratados são para financiar os programas de construção da Companhia. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado e estão contabilizados pelos valores atualizados de acordo com as taxas contratadas. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis;



16 Instrumentos financeiros e gestão de risco--continuação

Risco de crédito e taxa de juros

A Companhia restringe a exposição a riscos de crédito associados a bancos, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha com taxas compatíveis de mercado.

As contas a receber são formadas por contratos de locação e serviço das usinas fotovoltaicas com clientes os quais passam por uma avaliação da Administração que utiliza seu conhecimento, informações e experiências de mercado para assumir determinadas posições de risco de crédito.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia busca manter o nível de “Caixa e Equivalentes de caixa” e outros investimentos em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de passivos financeiros.

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 passivos circulantes excedentes aos ativos circulantes no montante de R\$ 17.468 (individual) e R\$ 194.441 (consolidado) (R\$ 29.075 e R\$ R\$ 107.847, individual e consolidado respectivamente em 31 de dezembro de 2022). Contudo, a Companhia encontra-se em momento de expansão de seus negócios no segmento de energia e os endividamentos refletem as captações realizadas para aquisição de novos negócios e conclusão das obras de suas controladas.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa proveniente do “Contas a receber de clientes” em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à “Fornecedores”. Abaixo o fluxo de valores a pagar da Companhia:



	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 12 a 24 meses</u>	<u>Acima de 24 meses</u>
Controladora					
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	1	1	1	-	-
Empréstimos e financiamentos	130.000	130.000	32.976	97.025	-
Total	<u>130.001</u>	<u>130.001</u>	<u>32.977</u>	<u>97.025</u>	<u>-</u>
	<u>Valor Contábil</u>	<u>Fluxo de caixa contratual</u>	<u>Até 12 meses</u>	<u>De 12 a 24 meses</u>	<u>Acima de 24 meses</u>
Consolidado					
Em 31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	4.131	4.131	4.131	-	-
Empréstimos e financiamentos	312.899	312.899	37.075	200.211	75.613
Total	<u>317.030</u>	<u>317.030</u>	<u>41.206</u>	<u>200.211</u>	<u>75.613</u>

16 Instrumentos financeiros e gestão de risco--continuação

Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade e conclusão do empreendimento para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital. A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Total do passivo	225.932	226.816	413.755	339.454
Caixa e equivalentes de caixa	252	1.954	8.495	39.812
Dívida líquida	255.680	217.852	405.260	292.653
Total do Patrimônio líquido	472.529	362.823	505.095	384.461
Índice de alavancagem	0,448	0,62	0,80	0,76



Sensibilidade relativa a ativos e passivos financeiros

A análise de sensibilidade para cada tipo de mercado considerado relevante pela Administração está apresentada abaixo.

O ativo e passivo financeiro da Companhia está atrelado à variação do CDI. Com a finalidade de verificar a sensibilidade das possíveis alterações no CDI, adotando-se a data-base de 31 de dezembro de 2023, definimos o Cenário Provável para os 12 meses de 2024 e a partir deste, simulamos variações de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) sobre as projeções do indexador.

	Controladora		
	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações – CDI	16	16	16
Taxa sujeita à variação	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira projetada	0	0	0
Variação - R\$	-	(0)	(0)
Empréstimos – CDI	130.000	130.000	130.000
Taxa sujeita à variação	1,90%	2,38%	2,85%
Receita financeira projetada	(2.470)	(3.094)	(3.705)
Variação - R\$	-	(624)	(1.235)

	Consolidado		
	Cenário Provável I	Cenário II	Cenário III
Aplicações – CDI	4.519	4.519	4.519
Taxa sujeita à variação	1,90%	1,43%	0,95%
Receita financeira projetada	86	65	43
Variação - R\$	-	(21)	(43)
Empréstimos – CDI	312.899	312.899	312.899
Taxa sujeita à variação	1,90%	2,38%	2,85%
Receita financeira projetada	(5.945)	(7.447)	(8.918)
Variação - R\$	-	(1.502)	(2.973)

16 Instrumentos financeiros e gestão de risco--continuação

Ressaltamos que os ativos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023, majoritariamente, estão atrelados à remuneração diária dos depósitos disponíveis à vista em contas correntes, com remuneração diária de um percentual da variação do CDI, com liquidez automática.



17 Seguros

A Companhia e suas controladas dispõem de seguro patrimonial e de cobertura de riscos de engenharia e ligados às operações de geração de energia entendidos pela Administração como suficientes para cobrir eventuais riscos ligados ao empreendimento em andamento. A cobertura de seguros em 31 de dezembro de 2023 é composta conforme quadros abaixo:

Empresa	Risco segurado	Valor do risco segurado	Vigência
UFVBE04 - GD	Danos materiais	37.790	2023
VERDE 2 - PCH	Seguro Garantia para Construção, Fornecimento ou Prestação de Serviços	8.647	2025
Total		46.437	

18 Eventos subsequentes

Contratação de Dívida na controlada Verde 2 Energética S.A.

Em 21 de março de 2024, ocorreu a contratação de operações de cessão fiduciária de direitos creditórios junto ao Banco Santander no valor total de R\$ 200.000.000,00 (Duzentos milhões de reais), com o prazo de 30 dias a um custo de CDI + 1,29% a.a., cujo recurso é destinado para a quitação do valor do principal e juros da operação contratada no exercício de 2023 no valor de R\$ 170.000.000,00 (Cento e setenta milhões de reais). Está em fase de assinatura pela controlada Verde 2 Energética S.A. os atos societários e contratos para a emissão de uma operação de Debêntures de Infraestrutura no valor de R\$ 170.000.000,00 (Cento e setenta milhões de reais), cujo objetivo é alongar a dívida para alavancar o projeto.

* * * *